

Anexo das Demonstrações Financeiras de 2014



1. Introdução

A Fundação Bracara Augusta é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 70 de 24 de Março de 1997, Série II, com sede na Rua Santo António das Travessas, n.º 26. Tem como atividade a realização de atividades culturais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas



operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” (Nota 14).

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira



consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Fundadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



3.2.5 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registradas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registradas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.6 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

3.2.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.



Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.



3.2.13 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do período das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Período efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Rubrica	2014	2013
Caixa	3.313,39 €	2.767,58 €
Depósitos bancários	3.701,79 €	4.316,92 €
Total	7.015,18 €	7.084,50 €

O valor em caixa a 31 de dezembro de 2014 refere-se a fundos fixos para despesas correntes, os quais servem para fazer face a determinadas despesas. Os restantes montantes dizem respeito a valores recebidos no final do ano e que foram depositados durante o período de 2015.

6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados de acordo com o modelo do custo, ou seja, são mensurados pelo custo, menos amortizações acumuladas (apenas para ativos intangíveis com vida útil finita) e perdas acumuladas por imparidade, se existirem.

As amortizações foram calculadas de acordo com o método da linha reta, perspetiva anual.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como se segue:

2014

Descrição	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia inicial: vida útil finita	- €	- €	1.955,19 €	1.955,19 €
Quantia inicial: vida útil indefinida	- €	- €	- €	- €
Amortizações acumuladas iniciais	- €	- €	1.955,19 €	1.955,19 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	- €	- €	- €	- €
Quantia escriturada líquida inicial	- €	- €	- €	- €
Adições				
Aquisições	- €	1.352,82 €	- €	1.352,82 €
Outras	- €	- €	- €	- €
Total das adições	- €	1.352,82 €	- €	1.352,82 €
Diminuições				
Amortizações	- €	37,57 €	- €	37,57 €
Alienações	- €	- €	- €	- €
Total das diminuições	- €	37,57 €	- €	37,57 €
Quantia escriturada líquida	- €	1.315,25 €	- €	1.315,25 €

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como se segue:

2013

Descrição	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia inicial: vida útil finita	- €	- €	1.955,19 €	1.955,19 €
Quantia inicial: vida útil indefinida	- €	- €	- €	- €
Amortizações acumuladas iniciais	- €	- €	1.955,19 €	1.955,19 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	- €	- €	- €	- €
Quantia escriturada líquida inicial	- €	- €	- €	- €
Adições				
Aquisições	- €	- €	- €	- €
Outras	- €	- €	- €	- €
Total das adições	- €	- €	- €	- €
Diminuições				
Amortizações	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €
Total das diminuições	- €	- €	- €	- €
Quantia escriturada líquida	- €	- €	- €	- €



7. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade, se existirem.

As depreciações foram calculadas de acordo com o método da linha reta, perspetiva anual.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadros:

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo tangível foram como se segue:

2014							
Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos	
Quantia escriturada bruta inicial	- €	209.495,10 €	210.804,90 €	- €	10.443,51 €	99,50 €	430.843,01 €
Depreciações acumuladas iniciais	- €	- €	204.583,13 €	- €	5.334,69 €	26,95 €	209.944,77 €
Quantia escriturada líquida inicial	- €	209.495,10 €	6.221,77 €	- €	5.108,82 €	72,55 €	220.898,24 €
Adições							
Aquisições	- €	- €	8.290,04 €	- €	- €	- €	8.290,04 €
Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das Adições	- €	- €	8.290,04 €	- €	- €	- €	8.290,04 €
Diminuições							
Abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	200,00 €	- €	5.965,50 €	- €	6.165,50 €
Depreciações	- €	- €	3.992,48 €	- €	876,67 €	12,44 €	3.128,25 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das diminuições	- €	- €	4.192,48 €	- €	5.088,83 €	12,44 €	9.293,75 €
Quantia escriturada líquida	- €	209.495,10 €	10.319,33 €	- €	19,99 €	60,11 €	219.894,53 €

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo tangível foram como se segue:

2013

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos	
Quantia escriturada bruta inicial	- €	209.495,10 €	209.004,90 €	- €	6.983,98 €	99,50 €	425.583,48 €
Depreciações acumuladas iniciais	- €	- €	202.486,74 €	- €	1.181,37 €	14,51 €	203.682,62 €
Quantia escriturada líquida inicial	- €	209.495,10 €	6.518,16 €	- €	5.802,61 €	84,99 €	221.900,86 €
Adições							
Aquisições	- €	- €	1.800,00 €	- €	3.459,53 €	- €	5.259,53 €
Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das Adições	- €	- €	1.800,00 €	- €	3.459,53 €	- €	5.259,53 €
Diminuições							
Abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Depreciações	- €	- €	2.096,39 €	- €	4.153,32 €	12,44 €	6.262,15 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das diminuições	- €	- €	2.096,39 €	- €	4.153,32 €	12,44 €	6.262,15 €
Quantia escriturada líquida	- €	209.495,10 €	6.221,77 €	- €	5.108,82 €	72,55 €	220.898,24 €

8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos da Fundação Bracara Augusta respeitam a empréstimos obtidos pela entidade junto a instituições de crédito, nomeadamente com o BES, BANIF e Caixa Agrícola.

8.1. Empréstimos bancários e descobertos bancários

Os empréstimos obtidos exigíveis ou que se vençam no decurso normal do ciclo operacional da entidade estão evidenciados no passivo corrente, os restantes integram o passivo não corrente.

Descrição	2014	2013
Não Correntes	- €	- €
Conta caucionada	- €	- €
Cartão de crédito	- €	- €
Correntes	100.822,09 €	118.010,52 €
Conta caucionada	97.851,57 €	99.865,20 €
Conta Descoberto	2.555,20 €	17.921,92 €
Cartão de crédito	415,32 €	223,40 €
Total	100.822,09 €	118.010,52 €

9. Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como fórmula de custeio e o sistema de inventário permanente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os inventários da entidade repartem-se da seguinte forma:

Descrição	2014			2013		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Inventários Iniciais	20.107,43 €	- €	20.107,43 €	22.472,31 €	- €	22.472,31 €
Compras	12.571,09 €	- €	12.571,09 €	11.547,06 €	- €	11.547,06 €
Reclassificação e regularização de inventários	787,35 €	- €	787,35 €	1.245,48 €	- €	1.245,48 €
Inventários finais	22.682,47 €	- €	22.682,47 €	20.107,43 €	- €	20.107,43 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	9.208,70 €	- €	9.208,70 €	12.666,46 €	- €	12.666,46 €

O valor em stock no final do ano diz respeito a livros e algumas bebidas comercializadas no bar.

10. Subsídios

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis não reembolsáveis são inicialmente contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciáveis ou amortizáveis são imputados numa base sistemática como rendimentos durante a vida útil do ativo, de forma a balancear os gastos de depreciação/amortização.

Os subsídios à exploração são aqueles que se destinam a compensar gastos incorridos na exploração. Atualmente, a entidade tem diversos subsídios à exploração, nomeadamente no âmbito do Programa Operacional Regional Norte ON.2, Programa de Estágios e Estímulo do IEF, contrato Programa com o Município de Braga, no âmbito do programa Juventude em Ação do IPDJ e no âmbito do EVS Empower Braga EYC 2012.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos das contas dos subsídios existentes são os que a seguir se discriminam:



Descrição	2014	2013
Subsídios ao Investimento	3.286,05 €	9.040,23 €
Subsídios - QREN	- €	3.131,89 €
Subsídios - Câmara Municipal de Braga	- €	1.342,23 €
Subsídios - IPDJ	- €	265,87 €
EVS	3.286,05 €	4.300,24 €
Subsídios à Exploração	31.444,62 €	398,55 €
Medida Estímulo e Reembolso TSU Manuel	- €	398,55 €
Europa Entrepreneur	23.240,00 €	- €
Medida Estágio Ilídio Marques	5.922,20 €	- €
Medida Estímulo 2013 João Coutada	978,18 €	- €
Medida Estímulo Emprego Sara Camões	1.304,24 €	- €
Total	34.730,67 €	9.438,78 €

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os subsídios imputados são os que a seguir se discriminam:

Descrição	2014	2015
Subsídios ao Investimento	5.754,18 €	3.394,27 €
Subsídios - QREN	3.131,89 €	521,98 €
Subsídios - Câmara Municipal de Braga	1.342,23 €	223,71 €
Subsídios - IPDJ	265,87 €	620,21 €
EVS	1.014,19 €	2.028,37 €
Subsídios à Exploração	703.701,62 €	1.160.506,45 €
ON.2 - O Novo Norte	15.069,33 €	316.453,00 €
Câmara Municipal de Braga	689.290,74 €	391.860,39 €
Banco Espírito Santo	- €	1.000,00 €
IEFP	4.699,82 €	12.899,26 €
Suminho	- €	- €
Outras entidades	5.858,27 €	177.980,80 €
Novo Banco	500,00 €	260.313,00 €
Total	709.455,80 €	1.163.900,72 €

11. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12. Instrumentos financeiros

Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

12.1. Clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2014		2013	
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas
Activos				
Clientes	40.455,20 €		105.511,84 €	
Adiantamentos a fornecedores	581,28 €		950,28 €	
Outras contas a receber	123.793,89 €		183.894,45 €	
Total	164.830,37 €		290.356,57 €	
Passivos				
Fornecedores	87.708,63 €		452.624,57 €	
Outras contas a pagar	44.294,11 €		64.565,83 €	
Total	132.002,74 €		517.190,40 €	
Total líquido	32.827,63 €		- 226.833,83 €	

12.2. Fundos patrimoniais

A 31 de dezembro de 2014 os Fundos Patrimoniais da Fundação Bracara Augusta apresentavam-se da seguinte forma:

Rubrica	2014	2013
Fundos	19.951,92 €	19.951,92 €
Excedentes técnicos	- €	- €
Reservas	- €	- €
Resultados transitados	151.347,43 €	53.210,12 €
Excedentes de revalorização	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.286,05 €	9.040,23 €
Total	- 128.109,46 €	82.202,27 €

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2014	2013
	Corrente	Corrente
Activos	1.353,52 €	6.965,72 €
Imposto sobre o rendimento	- €	29,18 €
Imposto sobre o valor acrescentado	1.353,52 €	6.936,54 €
...		
Passivos	11.253,04 €	17.247,84 €
Imposto sobre o rendimento	207,59 €	- €
Retenção de impostos sobre rendimentos	4.275,62 €	4.053,29 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Contribuições para a segurança social	6.769,83 €	13.194,55 €
Total	- 9.899,52 €	- 10.282,12 €

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica Diferimentos apresentava os seguintes saldos:

Rubrica	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Activos	1.935,27 €		- €	
Gastos a reconhecer	1.935,27 €		- €	
Passivos	31.444,62 €		15.318,98 €	
Rendimentos a reconhecer IEPF	31.444,62 €		398,55 €	
Outros subsídios	- €		14.920,43 €	
Câmara Municipal Braga	- €		- €	
Total	33.379,89 €	- €	15.318,98 €	- €

15. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2014 e 2013, resumem-se do seguinte modo:

Rubrica	2014	2013
Vendas	24.221,12 €	23.612,33 €
Produtos Acabados	- €	- €
Mercadorias	24.502,08 €	24.131,48 €
Devoluções de produtos acabados e mercadorias	280,96 €	519,15 €
Descontos	- €	- €
Prestação de serviços	21.706,75 €	88.408,60 €
Prestação de serviços	121.629,55 €	88.428,93 €
Descontos e abatimentos	99.922,80 €	20,33 €
Total	45.927,87 €	112.020,93 €

16. Fornecimento e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos da entidade resumem-se de acordo com a seguinte discriminação:

Rubrica	2014	2013
Subcontratos	- €	- €
Serviços Especializados	172.129,71 €	847.869,66 €
Materiais	11.276,19 €	11.415,24 €
Energia e Fluidos	704,11 €	11.244,88 €
Deslocações e Estadas	22.465,82 €	48.931,18 €
Serviços Diversos	23.305,39 €	152.732,45 €
Total	229.881,22 €	1.072.193,41 €

17. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	- €	- €
Encargos s/ remunerações órgãos sociais	- €	- €
Outros gastos	- €	- €
Remunerações do pessoal	154.757,10 €	240.666,74 €
Encargos s/ remunerações do pessoal	34.494,03 €	49.032,36 €
Outros gastos	5.685,79 €	7.338,66 €
Total	194.936,92 €	297.037,76 €



A rubrica "outros gastos" inclui gastos com seguro de acidentes de trabalho e formações.

Apresentamos seguidamente um quadro com alguma informação adicional sobre os recursos humanos:

Recursos humanos	2014	2013
Número de trabalhadores no final do período	12	8
Número médio de trabalhadores ao longo do período	12	11
Gastos com o pessoal	194.936,92 €	297.037,76 €
Gastos médios por trabalhador	16.244,74 €	37.129,72 €

18. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos outros rendimentos e ganhos:

Rubrica	2014	2013
Rendimentos suplementares	- €	23.319,90 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,22 €	0,01 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Ganhos em inventários	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	- €	- €
Outros	30.710,25 €	15.004,81 €
Total	30.710,47 €	38.324,72 €

19. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos outros gastos e perdas:

Rubrica	2014	2013
Impostos	279,41 €	703,58 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01 €	0,47 €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	- €	- €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	- €	- €
Outros	59.186,92 €	104.444,51 €
Total	59.466,34 €	105.148,56 €

20. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos juros, dividendos e outros rendimentos similares:

Rubrica	2014	2013
Juros obtidos	4,87 €	166,81 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros rendimentos similares	- €	- €
Total	4,87 €	166,81 €

21. Gastos e perdas de financiamento

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos gastos e perdas de financiamento:

Rubrica	2014	2013
Juros suportados	9.823,78 €	23.746,92 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	- €	- €
Total	9.823,78 €	23.746,92 €



22. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade apresentava à data de 31.12.2014 dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora resultante de SCUTS por liquidar de anos anteriores, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro. Mas, à data de aprovação a situação tributária encontrava-se regularizada visto que está a proceder ao pagamento da dívida em prestações, encontrando-se as execuções fiscais suspensas nos termos do n.º 3 do artigo 198º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT). Foi também feito um requerimento de oposição aos processos instaurados junto do tribunal fiscal competente, dado que a Fundação nunca foi notificada pela entidade competente para o pagamento das SCUTS.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social e encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Braga, 31 de Março de 2015

A Administração

O Técnico Oficial de Contas